

## Uma história da escravidão no povoado de Exu – Pernambuco na segunda metade do século XIX

*A history of slavery in the village of Exu – Pernambuco in the second half of the 19th century*

Daniel Alves de Alencar,<sup>1</sup> UECE

### Resumo

O presente artigo discute sobre a temática da escravidão na atual cidade de Exu-Pernambuco, apresentando aspectos relacionados à violência e às relações entre senhores e escravos no período da segunda metade do século XIX. Como metodologia, reunimos e separamos fontes digitais, como o periódico O Araripe (1855-1864), focalizando nos anúncios de escravos. Foi feito o uso do Censo Geral do Império de 1872 e um manuscrito disponível no arquivo nacional. Embasado em trabalhos de historiadores que trabalharam com a temática da escravidão na região do Cariri cearense, e sobre o uso metodológico de periódicos e as fontes documentais no texto histórico, traçamos um panorama do escravismo na atual cidade de Exu, chegando à conclusão de que ele teve grande impacto na cidade, apesar do discurso local não destacar sua atuação, sobretudo dos senhores de escravos da cidade.

**Palavras-chave:** Escravidão; Violência; Relação Senhor/Escravo; Exu-CE.

### Abstract

This article discusses the issue of slavery in the current city of Exu-Pernambuco, presenting aspects related to violence and relations between masters and slaves in the second half of the 19th century. As a methodology, we gathered and separated digital sources, such as the periodical O Araripe (1855-1864), focusing on slave advertisements. The 1872 General Census of the Empire and a manuscript available in the national archive were used. Based on the work of historians who worked on the theme of slavery in the Cariri region of Ceará, and on the methodological use of periodicals and documentary sources in the historical text, we draw an overview of slavery in the current city of Exu, reaching the conclusion that it had a great impact on the city, despite the local discourse not highlighting its actions, especially those of the city's slave owners.

**Keywords:** Slavery; Violence; Master/Slave relationship; Exu CE.

### Considerações Preliminares

Fugio de abaixo assignado morador na Villa de exu, desde o dia 11 do corrente um escravo de nome torcato de idade de 32 annos, cabra com vizos de negro, altura regular, barbado, porem rapa a barba toda tem falta de dentes na frente, parece calvo por ter entradas muito grandes, tem a mão esquerda ou direita alijada por causa de um golpe de maxado que outro moleque lhee deo em tempo de pequeno, a ponto de cortalhe de tal sorte dois dedos, que estes pairesse que não crecerão; tem marcas de relho nas costas, e nos peitos, de fogo, que se queimou em pequeno; condusio hua espingarda

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Regional do Cariri – URCA, Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História, Culturas e Espacialidades pela Universidade Estadual do Ceará – UECE -, Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa de História Afrodiaspórica - GEPAFRO.

cumprida groça, meia coromha, um facão, um palitô de couro em BM estado, um chapeo de coiro, camisa de algodãozinho, e de riscado ou xentinha. Roga se as authoridades policiaes de qual quer parte que elle appareça, ou mesmo particulares que o predao e remethao com segurança ao seo Sr. Que gratificara generosamente, alem de ficar agradecido.  
Manoel Florencio d´ Alencar.<sup>2</sup>

Os jornais são fontes extremamente ricas para se estudar a escravidão no Brasil. A partir de um só periódico é possível extrair informações diversas, seja do dia de uma pessoa pública, de acontecimentos relacionados a um determinado lugar ou até mesmo uma região e seus vizinhos. O recorte que apresentamos acima, trata-se de um anúncio publicado no periódico *O Araripe*,<sup>3</sup> periódico que circulou pela primeira vez em 07 de julho de 1855. Com um período de duração de 10 anos, o periódico foi de 1855 a 1864, sendo considerado o primeiro da região ligado aos ideais liberais. Portanto, o jornal tinha um “lado” político, já que tratava de assuntos ligados, sobretudo, ao contexto da cidade do Crato. Portanto, assuntos ligados aos interesses políticos da elite liberal local estavam muito presentes nas páginas do periódico.

Em sua dissertação, a historiadora Ana Sara Cortez (2008) também apresenta esse trecho do periódico. É bastante comum encontrar no final das edições dos jornais, uma área específica onde é destinada para os anúncios que podem ser de compra e vendas de terras, animais, objetos, seja para anunciar roubos, sobre possíveis doenças que circulam naquela Região, ou em alguns casos, principalmente no período vigente do sistema escravista, para anunciar sobre a compra e venda de cativos, assim como relatar sobre as fugas.

O trecho que disponibilizamos acima diz respeito a um anúncio de um escravo<sup>4</sup> que fugiu, no caso o escravo de nome Torcato, pertencente ao senhor Manoel Florêncio d´alencar, morador na povoação de Exu, na província de Pernambuco.

Como explicado, são repletos de detalhes, representando assim, um facilitador para aqueles que pretendiam ganhar dinheiro em cima de tal situação. Uma vez que, ao anunciar com descrições que apontavam características minuciosas dos objetos e/ou pessoas

---

<sup>2</sup> (O ARARIPE, 1856, n. 30, p. 2).

<sup>3</sup> Para mais informações a respeito desse periódico basta entrar nesse site, Disponível em; <<https://cariridasantigas.com.br/jornal-o-araripe-1855-ano-1/>> Acesso em: 03 Jul. 2023.

<sup>4</sup> Compreendemos a discussão contemporânea em torno do uso ou não do termo “escravo”, que gradativamente tem sido substituído por “escravizado”. Reitero, todavia, que compreendo o escravo como uma classe social e categoria própria das fontes históricas diretas, próprias de um período histórico. Da mesma forma que existe a classe senhorial, é válido pensar que há a classe dos escravos. Muito foi discutido sobre a relação entre senhores e escravos. Se é uma relação entre classes, por que não tratar os escravos como uma classe? Portanto, no texto utilizaremos o termo escravo que diz respeito a sua condição jurídica.

procuradas, facilitava-se a sua localização. No nosso caso, as características presentes no anúncio supracitado são referentes a um escravo e os traços que o distinguem.

Antes de irmos para o recorte do jornal, vale ressaltar a importância desses anúncios enquanto fonte histórica, sobretudo quando o seu uso começou a ser utilizado pelos historiadores enquanto documento. Cabe ressaltarmos o pioneirismo de Gilberto Freyre (2010). Historiadores como Tânia Regina de Luca (2011), Alberto da Costa e Silva (2010) destacaram a importância de Gilberto Freyre quanto ao uso dos anúncios de jornais nos quais o negro escravo era mencionado. Segundo a autora:

Se o pioneirismo incontestado cabia a Gilberto Freyre, que por meio dos anúncios de jornais estudou diferentes aspectos da sociedade Brasileira no século XIX, a produção de vários pesquisadores, formados segundo padrões de excelência acadêmica e que ocupava um lugar de destaque no meio universitário - caso de Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Stalin J. Stein, Nícia Vilela Luz e Leôncio Martins Rodrigues - não dispensava a ida aos jornais, seja para obter dados de natureza econômica (câmbio, produção e preços) ou demográfica, seja para analisar múltiplos aspectos da vida social e política, sempre com resultados originais e posturas muito distantes da tão temida ingenuidade. Foi justamente no momento em que a imprensa passava a figurar como importante fonte primária que veio a público o trabalho de Nelson Werneck Sodré, um dos poucos a abordar a história da imprensa Brasileira desde os seus primórdios até os anos de 1960. (LUCA, 2011, p. 117).

A partir dessa obra, historiadores e outros pesquisadores olharam para os jornais como um material riquíssimo para se pensar a sociedade do período, tal qual fez o sociólogo. Além de Tânia Regina de Luca, o historiador Alberto de Costa e Silva na apresentação do livro de Gilberto Freyre, *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX (2010)*, destacou o caráter pioneiro de seus ensaios e textos, sobretudo no que diz respeito ao enorme repertório de fontes.

Apresentando os jornais como exemplo, Freyre faz um grande levantamento no qual aparecem esboços dos escravizados nas páginas dos periódicos, retratos apresentando as características físicas, e outras descrições, como é o caso dos anúncios nos quais relataram às fugas ou vendas dos escravizados, situação bastante corriqueira nas páginas finais.

Diferente do autor que discutiu os periódicos sobre um olhar antropológico, apresentando características físicas, com o intuito de identificação de quais etnias pertenciam, principalmente os africanos. A utilização dos anúncios deu ênfase na discussão sobre o corpo, as marcas de violência que os escravos traziam em suas peles, e os anúncios apresentam muito bem esses marcadores da pele.

Em relação a metodologia proposta para a análise das fontes, fizemos uso daquilo que Michel de Certeau denominou de “operação historiográfica”, utilizando a fórmula tripartite, na qual o historiador precisa partir de um de um lugar, compor uma prática científica para assim produzir a sua escrita historiográfica. Segundo ele, “Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira” (CERTEAU, 2008, p. 81).

Assim como Certeau, José de Assunção Barros (2005) argumenta que a metodologia “remete a uma determinada maneira de trabalhar algo, de eleger ou constituir materiais, de extrair algo destes materiais, de se movimentar sistematicamente em torno do tema definido pelo pesquisador” (BARROS, 2005, p. 80).

Portanto, o conjunto de fontes que separamos, reunimos e transformamos em fonte histórica, são documentos que nos ajuda a compreender a proposta do artigo, que visa abordar sobre a escravidão na atual cidade de Exu – Pernambuco, e as relações entre senhores e escravos naquele período.

Para nós, historiadores que trabalhamos com a temática da história social da escravidão, convém observarmos esses anúncios sobre outro paradigma. Através das descrições conseguimos traçar um panorama de como era o dia a dia daquele cativo, que tipo de afazeres desempenhava, assim como algumas características do próprio escravizado, tais como idade, nome, se era casado ou não, e seu aspecto físico. Conforme já adiantei, Ana Sara Cortez analisou esse mesmo recorte, chegando a uma conclusão específica. Nas palavras da autora, “Torcato, escravo de Manoel Florêncio d’Alencar, morador na vizinha Villa de Exu, trazia em seu corpo marcas de uma infância vivida dentro de um espaço de produção e com obrigações servis” (CORTEZ, 2008, p. 80).

De acordo com a autora em questão, as marcas que Torcato trazia foram de uma infância vivida dentro de um espaço de produção. Quando analisamos a descrição da notícia é possível saber que ele era aleijado de uma das mãos, devido ter levado um golpe de machado quando era criança. Golpe esse que foi causado por outra criança, que muito provavelmente compartilhava da mesma condição que ele, tendo em vista que o objeto que ocasionou esse incidente foi um machado, instrumento utilizado em trabalhos em que o uso da força é essencial. As marcas presentes nos corpos dos escravizados podem ser marcas de nações, de trabalho ou mesmo da violência do sistema escravista. No caso das marcas que o anúncio de Torcato nos apresentou, elas dizem respeito a marcas de trabalho.

Não é novidade que diariamente a violência fazia parte do cotidiano dos escravos. O sistema escravista cresceu sob a violência imposta sobre os cativos, e que para eles começaram muito cedo ainda no período que chamamos hoje de infância. Crianças negras de 11 a 12 anos já eram forçadas a realizar serviços de qualquer natureza.

Ana Sara Cortez, ao analisar os inventários *post mortem* do Cariri Cearense, datados da segunda metade do século XIX, argumenta que as crianças estavam bastante presentes nos arrolamentos.

Havia uma expressiva presença de crianças arroladas, num total de 38,35% dos escravos. Era uma cifra significativa, levando-se em conta que se trata de uma população com altos índices de mortalidade, em especial as crianças, frágeis fisicamente e sem a nutrição necessária a qualidade de vida razoável ou mesmo ruim. Desde cedo as crias cativas se percebiam invariavelmente dentro da lógica da escravidão de posse e de proprietário (CORTEZ, 2008, p. 78).

O que observamos é a força que a escravidão tinha enquanto sistema. As crianças eram presença tanto significativa quanto essencial. O que se configura é uma lógica de reprodução de braços cativos, sobretudo após o fim do tráfico atlântico que acarretou o fim da entrada de africanos para o Brasil.<sup>5</sup> Com a interrupção do tráfico transatlântico, houve o fortalecimento do tráfico interprovincial, assim como o aumento da escravização ilegal, acarretando o aumento do preço dos cativos. Tem-se, portanto, uma justificativa para o aumento das crianças matriculadas. Claro que a presença das crianças já era comum mesmo antes do fim do tráfico, porém, devido ao seu fim “oficial” o número das “crias cativas”, como chamou a autora, aumentou junto com os preços.

Atribuímos esse aumento ao fator reprodução, no sentido de aumentar os braços cativos, esse artifício foi muito utilizado pelas regiões que não participavam diretamente do tráfico transatlântico, como a província do Ceará, principalmente as regiões distantes do litoral, como a cidade do Crato – CE, e o povoado de Exu, pertencente à província de Pernambuco.

### **População escravizada do povoado de Exu na segunda metade do século XIX**

Durante o século XIX, o povoado de Exu, localizado na província de Pernambuco, da mesma forma como o Cariri Cearense, não possuía grandes fazendas escravistas. Sobre os cativos que existiram ali pouco se sabe, pois, grande parte das documentações que dispõem de

---

<sup>5</sup> Ana Sara Cortez, em sua dissertação (2008), assim como Iris Mariano Tavares (2013), abordaram a questão da reprodução natural dos braços cativos em seus textos.

tais informações se perderam com o tempo, seja por motivos de disputas locais ou por descaso das autoridades legais responsáveis por tais documentações. Apesar das dificuldades em relação às fontes, ainda é possível traçar um panorama e contar parte da trajetória desses cativos.

Por meio do Censo Geral do Império do ano de 1872<sup>6</sup> é possível ter uma certa noção da população no período citado. Incluindo os habitantes na condição de livre, poderemos saber também o total da comunidade escravizada. Existem várias categorias censitárias no recenseamento que interrogou sobre a divisão entre os sexos, o grau de instrução, se sabe ler ou escrever, a categoria de raça, o estado civil, religião, nacionalidade, idade e se eles possuíam alguma deficiência. Entre tantos marcadores, nos detivemos aos números referentes ao total de pessoas livres e escravizados.

Tabela 1: População livre e escravizada do povoado de Exu, província de Pernambuco, no ano de 1872

<b>Livres</b>	<b>Números</b>	<b>Escravos</b>	<b>Números</b>
Homens	5125	Homens	255
Mulheres	3382	Mulheres	122
Total	8507	Total	377

Tabela feita pelo autor com base nos dados do Recenseamento Geral do Império de 1872.

Em Exu, durante o período do recenseamento, o povoado contava com uma população livre de 5.125 homens e 3.382 mulheres, perfazendo um total de 8.507 pessoas livres. Já na condição de cativos, a região detinha 255 escravos e 122 escravas, compondo um total de 377 cativos. O número de cativos é relativamente grande se levarmos em conta o tamanho do povoado.

No intuito de traçarmos um quadro comparativo, fizemos o uso de um manuscrito datado do ano de 1881.<sup>7</sup> O documento contém informações relevantes para nossa análise, incluindo registros que dizem respeito a aspectos gerais, como os rios, lagos, sobre a salubridade do povoado, além de informações sobre a fauna e a flora da região.

<sup>6</sup> O recenseamento geral do Brasil de 1872 foi a primeira operação realizada em território brasileiro no período imperial. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS - RJ/Recenseamento\\_do\\_Brazil\\_1872/Imperio do Brazil 1872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS-RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf)>. Acesso em: 03 Jul. 2023.

<sup>7</sup> O manuscrito apresenta uma descrição geral da região, assim como também contém informações sobre os cativos. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>>. Acesso em: 21 Jun. 2023.

Ainda no mesmo documento, há informações sobre se o lugar possui minerais ou alguma riqueza, e o que mais interessa no nosso artigo, aspectos da população cativa e as atividades econômicas do lugar, informações que aparecem no referido escrito, conforme podemos perceber no trecho abaixo.

Provincia de Pernambuco

Comarca d'ouricury

Descrição deste município do exú

É este município quase todo coberto de matto, do nascente ao poente vindo norte [...] a serra que há, é a do araripy que se estende com muitas léguas de comprimento da nascente ao poente, pelo lado norte, a sua altura avalia-se em mil e quinhentos metros, e divide-se esta província com a do ceara, a sua maior largura é de douze léguas: é quase toda coberta de Matto, possui tem muitos campos, onde fazem se soltão de gados, as pastagens são os capins agreste, e andre guice. Os campos são cobertos de pequizeiros, cajueiros, mangabas, jabuticabas. As mattas são excelentes para mandiocas Annã, café, mangueiras Annã, bananeiras, e produz tudo quanto se planta [...] esta Villa esta situada ao norte ao pé da serra do araripy, o povoado occupa em territorio ellevado, as ruas são bem alinhadas e as cazas são terrias. O principal edficio é a igreja matriz do senhor bom jesus dos aflitos. Não há cadeia e nem caza da camara, servindo de edificios particulares para alugar. O semiterio é de pedra e barro, fica um tanto arredado da Villa. Esta Villa esta a doze léguas da cidade do Crato cariri novo, provicia do ceara, e não há grande exportação devido as péssimas ladeiras, e a principal fica em frente da Villa, que com cinco contos de reis se aperfeiçava e desenvolvia o mais importante comercio.<sup>8</sup>

A região, por ser predominantemente rural no período citado, é parecida com a cidade do Crato, que em seu período de vila possuía tais características rurais. Na data da escrita do manuscrito, Crato já tinha tido sua elevação para categoria de cidade, fato esse ocorrido em 1853, e mesmo assim ainda permaneceu rural durante um grande período.

Em 1881, a cidade do Crato era ainda recente em relação a sua elevação, porém, mesmo sendo jovem, a cidade exerceu grande influência comercial, não somente no Ceará, mas também em outras províncias, como é o caso da província de Pernambuco, sua vizinha. Apesar de problemas referentes à locomoção, o que por dificultava as comunicações, a recente cidade obteve êxito e até foi considerada um dos mais importantes centros comerciais do Cariri.

A pequena fonte, adotada aqui como ponto de partida da nossa análise, nos proporcionou mais informações do que podíamos imaginar. Apesar de curta e de natureza às

---

<sup>8</sup> Transcrevemos o manuscrito da forma que ele foi escrito na época, não colocamos toda a descrição, utilizamos as informações mais relevantes, evitando assim de a transcrição conter informações que fiquem como desnecessárias. Transcrevemos as palavras tais quais se encontram no manuscrito. Por este motivo, algumas palavras possuem letras a mais ou são escritas sem acento.

vezes questionável, ela se constitui como uma das poucas fontes que tivemos acesso. Nesse sentido, cabe a nós historiadores sabermos lidar com o que a fonte, por menor que seja, possa nos proporcionar, restando apenas fazer a análise e problematizá-la.

O documento descreve sobre a agricultura, assim como nos apresenta uma espécie de censo da população. Saber se os números são corretos ou não é outro caminho, e para responder essa questão é preciso utilizarmos do método comparativo para podermos chegar a uma possível conclusão, e atestar se esses dados são verossímeis ou não.

A data do documento como já foi apresentada por nós em alguns momentos, é de 1881. Portanto, já era possível ter informações sobre a população, uma vez que nesse período o Recenseamento Geral do Império já tinha sido realizado. De acordo com a Tabela 1, que já apresentamos, a povoação de Exu contava com 8.507 pessoas livres e 377 escravos. Abaixo segue a tabela com a população livre e a população escrava da província de Pernambuco:

Tabela 2: População livre e escravizada na província de Pernambuco em 1872

<b>Livres</b>	<b>Números</b>	<b>Escravos</b>	<b>Números</b>
Homens	381565	Homens	47023
Mulheres	37094	Mulheres	42005
Total	752511	Total	89028

Tabela feita pelo autor com base nos dados do Recenseamento Geral do Império de 1872.

Em comparação, é possível constatar que os números de escravos na província de Pernambuco são maiores que na província do Ceará nesse mesmo período.

Tabela 3: População livre e escravizada na província do Ceará em 1872

<b>Livres</b>	<b>Número</b>	<b>Escravos</b>	<b>Números</b>
Homens	350906	Homens	14941
Mulheres	33880	Mulheres	16972
Total	689773	Total	31913

Tabela feita pelo autor com base nos dados do Recenseamento Geral do Império de 1872.

Colocamos os dados referentes ao Ceará só a título de comparação. Já de acordo com o manuscrito, em 1881 a população do povoado detinha números diferentes do que



apresentamos na tabela 1. No documento, “Segundo um calculo que não pode falhar. Avalia-se em cinco mil almas livres e a escrava em 120”.

Como que em nove anos uma população livre que era de 8.507 diminui para 5.000? E a população escrava? Um contingente de 377 cativos, diminuiu para 120, perdendo mais da metade de sua população. No intervalo de nove anos, 3.507 pessoas livres e 257 escravos desapareceram? A palavra desaparecer pode parecer um pouco alarmante, mas, nesse particular, convém considerar algumas questões. Voltemos então ao Ceará, em 1877 a província vizinha padeceu devido um período prolongado de estiagem que assolou a região. Por causa dessa situação, houve na região muitas baixas populacionais, assim como outros problemas advindos da mesma catástrofe natural.

Mas como a seca que atingiu o Ceará poderia ter afetado a região de Exu? A resposta para tal questionamento é, de certa forma, de fácil compreensão. Se levarmos em consideração a vizinhança das regiões, é possível relacionar essas quedas na população livre e cativa com o evento das secas que assolaram o território Cearense.

Outra questão que deve ser levada em conta é o fato do clima de ambas as regiões ser diferente. Por exemplo, a Região do Cariri é vista como o “Oásis do sertão”. Esse discurso esteve bastante presente no imaginário popular e ainda é possível ouvir resquícios dele, por causa da região possuir um clima mais agradável em relação as áreas em seu entorno. Outro fator diz respeito a sua localização, por ser privilegiada e conter várias nascentes, tornando assim o lugar frio se comparado a Região do Exu por exemplo. Então, a resposta a questão da baixa populacional no período, pode ser atribuída a seca. Um outro possível motivo pode ter sido referente a insalubridade da região, e o próprio manuscrito pode nos apresentar essa questão. “O município é geralmente salubre. Em 1849 a variola cauzou alguns prejuizos a população porem, em 1879 cauzou grande estrago.”<sup>9</sup>

Eis o motivo? a varíola terá sido a causadora da queda da população livre e cativa? O documento não apresenta números dos mortos, mas o fato de ter causado grande estrago, nos permite pensar que a doença tenha sido um dos principais fatores que acarretaram a diminuição da população.

---

<sup>9</sup> Utilizamos as informações referente a produção, e a criação com base no manuscrito, ele aborda sobre a agricultura, a “indústria fabril”, no caso, os aviamentos, os engenhos de rapaduras e as olarias que citamos. Segue a transcrição; “Agricultura. Lavoura, consiste na cultura da mandioca, café, milho, feijão, fumo, algodão; tudo dá em abundancia e não há exportação. Criações; A criação consiste em gado veccum, cavallo, cabrinos e suínos. Há diversas fazendas que se accupa desta indústria. Aves domesticas; Galinha, pirú e guiné; Indústria fabril; A indústria faril consiste em rapadura, assucar, aguardente, fumo, farinha e mandioca, obras de olarias, como louças de barro, telha, tijolo e fabrica de tecido de algodão. Comercio não há.”

No que diz respeito a agricultura, a região contava com lavouras, de mandioca, café, milho, feijão assim como também o algodão. Tal produção não tinha a finalidade de exportação, em relação a pecuária, ela era composta por caprinos, bovinos e suínos, que se encontrava nas diversas fazendas da região, geralmente voltada para a subsistência e comércio local. Assim como no Crato, em Exu também se produzia a rapadura, aguardente e farinha de mandioca. Outro tipo de produção que se tinha no povoado era referente as olarias, local onde são produzidos tijolos, vasos, louças de barros e os mais variados tipos de utensílios domésticos.

O fato é que essa era uma região onde o aspecto rural vigorava bastante, e, portanto, existia várias fazendas espalhadas em seu entorno. Conseqüentemente, esses locais possuíam os bens de raiz, como os engenhos de rapaduras, os aviamentos para fazer a farinha, assim como as lavouras de café, (que, obviamente, não se compara com as regiões das grandes lavouras Paulistas) além do plantio da cana de açúcar e das criações.

O que mantinha todas essas fazendas e seus bens de raiz era a mão de obra cativa, claro que em pequena escala, mas é característico dessas regiões. Foi o que Sara Cortez denominou em seu trabalho, chamando esses senhores de engenho da Região do Cariri de donos de poucos cativos. Segundo ela, “A posse de escravos no Cariri cearense estava bastante dividida entre as várias propriedades da região, não sendo apenas privilégio dos senhores mais ricos e abastados” (CORTEZ, 2008, p. 63).

A mesma situação pode ter acontecido no território exuense, exatamente como Cortez cita em relação a Região do Cariri. Ali, o braço servil fez parte dessas atividades, sejam elas rurais ou urbanas. Eram relações baseadas no paternalismo, uma relação de reciprocidade desigual como cita Frederico de Castro Neves (2000, p.42). O desenvolvimento do povoado se deu através do braço cativo, como cita a autora:

No Cariri, como em todas as sociedades do interior do nordeste, tanto no período colonial, quanto imperial, o desenvolvimento não se fez alheio a utilização do trabalhador escravizado, sobretudo o africano e o seu descendente (CORTEZ, 2008, p. 62).

A principal atividade econômica, como nos foi mostrado através das descrições, era a agricultura, e, portanto, novamente o braço escravo foi parte integrante deste negócio. No início deste artigo foi apresentada a notícia publicada no periódico *O Araripe* referente a fuga do escravo Torcado, pertencente a Manoel Florêncio d’Alencar, morador no povoado de Exu. No final da referida notícia o dono de Torcado, deixa evidente que quem chegasse a capturá-

lo seria bem recompensado. Manoel Florêncio, com toda a certeza, não queria perder seu escravo, pois seria um grande prejuízo para ele, por esse motivo faz o anúncio no periódico *O Araripe*, que não é um periódico da povoação, e sim da Região do Cariri, na já citada cidade do Crato.

Segundo a historiadora Antônia Márcia Pedroza, os jornais servem como um instrumento dos partidos políticos de facções ou grupos, ou seja, são opinativos (PEDROZA, 2012, p.363). No caso de *O Araripe*, ainda de acordo com ela, foi uma publicação vinculada ao partido liberal da cidade do Crato.

No caso aqui em análise, o proprietário do escravo deveria exercer algum tipo de influência junto ao Partido Liberal vinculado ao periódico, razão essa pelo qual ele fez o anúncio no *Araripe*, ou talvez pelo fato do periódico abranger outras cidades não só aquelas da Região do Cariri, incluindo assim o povoado de Exu.

A questão é que os anúncios de compra e venda ou de fugas de escravos em periódicos têm um papel na manutenção do sistema escravista, a autora nos apresenta essa questão:

Nos seus quase dez anos de atividades jornalísticas o *Araripe* foi um grande viabilizador do apresamento de escravos evadidos. Entre os seus serviços de reclames. Estava a publicação de anúncios das fugas de escravos. Esses anúncios tinham o objetivo de denunciar para toda a população o sumiço do escravo, de modo a facilitar a sua captura. Desse modo o *Araripe* colaborava com a manutenção da escravidão no Crato, bem como, nas áreas do Ceará, e Pernambuco onde ele circulava (PEDROZA, 2012, p. 364).

Neste caso, o dono do escravo, Manoel Florêncio de Alencar, era subdelegado do povoado de Exu. Devido a essa sua posição, provavelmente possuía mais cativos, e, portanto, detinha muito poder, o que poderia muito bem o qualificar como um proprietário de terras e dono de poucos cativos, como citou Cortez (2008).

Além de Manoel Florêncio de Alencar, um outro morador no povoado chamado Gualter Martiniano de Alencar *Araripe*, grande proprietário de terras, fazendeiro e político, uma figura bastante conhecida na região do *Araripe*, conhecido principalmente pelo título de Barão de Exu, honra essa recebida em 1888 pelo imperador D. Pedro II.

Há toda uma construção em torno da figura do Barão de Exu, atualmente para a população, ele é visto como uma figura heroica da cidade, existe toda uma romantização em torno desse personagem. No entanto, falaremos sobre a construção do mito do herói em torno do Barão de Exu em um outro momento.

Focaremos na questão da escravidão. Gualter por ser um grande fazendeiro e possuidor de várias terras no povoado, possuía cativos. Em seu testamento, feito no ano de 1878, é possível identificarmos os nomes de cinco de seus escravos.

Como o Barão possuía diversas fazendas, os cativos não estavam todos em um mesmo local, portanto, se encontravam localizados e distribuídos entre as propriedades. Como citamos, encontramos o nome de cinco escravos pertencente a ele. Por não conseguirmos ter o acesso direto ao documento original do testamento, utilizamos a cópia que a memorialista Thereza Oldam de Alencar disponibiliza em seu livro (2018, p. 63-64). Segue o trecho do testamento onde a mesma cita alguns de seus escravos “Fica por minha morte forros os escravos velhos que existirem, Domigos, Proscopio, Joaquina, herculana e coleta. Gamileira, na Villa de Exu, 2 de abril de 1878.”

Nota-se que no recorte do testamento fica evidente que o mesmo só iria libertar os escravos velhos que existissem após a sua morte, demonstrando assim que até o dia que ele viesse a falecer, os escravos continuariam a lhe servir como cativos. Dos citados é possível contabilizar cinco escravos velhos, o que nos leva a questionar sobre os escravos mais jovens. Ele possuía? Se sim, quantos seriam? Essas questões a historiadora Antônia Márcia Pedroza nos respondem. No entanto, ainda não conseguimos um número concreto do total de escravos que o Barão de Exu possuía. Segundo ela:

O Barão de Exu, Gualter, faleceu no ano seguinte ao ano da abolição da escravatura. Portanto, no inventário de seus bens não constam escravos, dificultando conhecermos ao certo o tamanho da escravaria possuída por um dos curadores de Hypolita.<sup>10</sup> Identificamos alguns de seus escravos em outras fontes: Brígida, nos anúncios de fugas de escravos de 1858, publicados no jornal *O Araripe*; nas transcrições dos registros de óbitos da Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Aflitos de Exu, encontramos os escravos Herculano e Carlota, pais legítimos de Dorotheo, falecido em 1868, e a escrava Minerva, esposa de Bertoldo (também escravo), falecida em 1857; nas transcrições dos registros de batismos da Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Aflitos de Exu, Manoel e Joana, escravos e pais legítimos de Gabriel; Eufrázio e Filomena, pais legítimos de Raimunda; Manoel e Ana, pais legítimos de Maria; e mais outros cinco escravos velhos citados no testamento de Gualter e mencionados acima. Apesar de os escravos de Gualter não terem sido arrolados nos seus bens inventariados, ainda conseguimos identificar dezesseis escravos seus, um forte indício de que Gualter, o “protetor” de Hypolita, grande proprietário de terras e outros bens

---

<sup>10</sup> Hypolita é o nome de uma mulata nascida livre e que foi escravizada ilegalmente, a historiadora Márcia Pedroza em sua dissertação de mestrado intitulada *Desventuras de Hypolita*, narra toda essa trajetória que a personagem teve no âmbito judicial, a fim de provar que era livre. Gualter entra nessa história como curador de Hypolita, por isso seu nome aparece na citação que colocamos acima. Para mais informações sobre esse caso de escravização ilegal, consultar a dissertação da historiadora já citada.

valiosos, foi também um grande proprietário de escravos (PEDROZA, 2013, p. 153).

Pedroza respondeu nossos questionamentos, assim como também nos fez levantar novos e formular algumas hipóteses. Por exemplo, possuir 16 escravos em uma região, onde a característica é possuir entre 5 e 10 cativos, como é o caso da cidade do Crato na região sul do Cariri implica dizer muita coisa.

Primeiro, essa cifra impõe ao possuidor um poder e influência muito considerável. Sabemos que Gualter foi um político influente na região e, portanto, já trazia com esse cargo muito poder e prestígio. Possuir muitos terras e cativos, esse último chegando ao total de dezesseis, detalhe para uma observação importante, esse é o número que foi obtido através das fontes que a autora conseguiu encontrar. Portanto, a chance de ser maior é uma hipótese válida, uma vez que os documentos referentes à escravidão que existiu ali, se perderam com o descaso, ou por motivos de deterioração e influências externas que pode ter acontecido. As hipóteses sobre o Barão de Exu e seus cativos podem variar bastante, contudo, as cifras apresentadas neste artigo já nos dão uma confirmação do quão foi o tamanho da escravaria do mesmo, se compararmos com as pequenas escravarias do Cariri, onde o número era entre 5 e 10.

Sendo assim, podemos afirmar que o Barão de Exu estaria no topo da hierarquia senhorial naquela região se ele residisse por lá. Em Exu ele estava no topo dos senhores de terras e de pessoas do povoado, em um período em que o preço dos cativos estava no alto, ser possuidor de dezesseis só lhe tornaria mais poderoso ainda.

O Barão de Exu, como já foi abordado anteriormente, era bastante aclamado. Mesmo sendo um escravocrata, existia e existe ainda todo um discurso em volta dele, a construção do mito do herói é bastante recorrente nesses discursos. O que acaba por levantar uma visão do senhor benevolente em volta desse personagem.

É possível observar esse discurso no já citado livro da memorialista Thereza Oldam Alencar, onde a autora traz uma visão da escravidão e sobre a figura do próprio Barão, deixando claro todo o discurso que abordamos. Segue o que a autora escreve sobre o assunto:

Era senhor de escravos, sim. Sabe-se, contudo, que o comercio de escravos, no mundo inteiro, era uma exploração econômica oficialmente institucionalizada. Entretanto, mesmo que indelevelmente indigna para qualquer ser humano, na caatinga nordestina, região onde teve vez a enaltecida Civilização do Couro, a escravatura não tinha o peso do eito dos engenhos de açúcar da Zona da Mata, nem das plantações de café, no Brasil ou alhures (ALENCAR, 2018, p. 65).

Mesmo a autora trazendo uma comparação, que a dica de passagem é apenas uma comparação parcial, ela invoca situações totalmente diferentes, e que por serem divergentes, não agrega muito. A autora utiliza a comparação da jornada de trabalho que um escravizado localizado nas províncias nordestinas, com os escravizados localizados nas plantações de café, onde predominam as grandes lavouras onde foi exigido uma jornada mais dura de trabalho do que a de um escravizado localizado nas pequenas escravarias do Nordeste.

A questão é que seja no Sul ou no Nordeste, no período escravista um escravo é um escravo, é uma propriedade, do ponto de vista da instituição, ele é uma “coisa”, um bem semovente, portanto, é pertencente a um senhor. A jornada de trabalho ser mais pesada aqui do que ali, não anula a sua condição de sujeito que foi escravizado, e só em estar nessa condição já é a pior das violências.

Para sustentar sua tese, a autora utiliza como argumento principal o fato de que a instituição escravista era um sistema legal perante as leis, e que, portanto, possuir escravos era visto como normal, por ser institucionalizado.

Nesse sentido, utilizamos a conceitualização de Gorender (2016), quando ele argumenta sobre a violência, sendo ela institucionalizada ou não:

Defino a violência como pressão ou agressão física. Também se pode falar em violência exercida por meios exclusivamente psíquicos, mas vamos omitir essa modalidade cujos limites são menos claros. A violência não está isenta da incidência de variáveis históricas. Mudam as formas legítimas, ou seja, socialmente aprovadas. Formas e graus cambiam através do tempo, porém, violência legitimada nem por isso deixa de ser reconhecida como violência, pelos que aplicam e pelos que sofrem (GORENDER, 2016, p. 42).

Então perguntamos, quando a autora fala “normalmente”, esse normal é para quem? sabemos que para o escravo não era normal, só restando a elite branca, os senhores de terras, possuidores de riquezas. Além da comparação, a autora também apresenta uma visão estereotipada da escravidão. De acordo com ela,

Na civilização do couro, onde viveu o Barão de Exu, o escravo integrava o quadro doméstico ou a vaqueirice. As mulheres, já na meia idade, passavam a ser chamadas, por todas as crianças da fazenda, de mães fulanas – mãe Constância, mãe Cassandra, mãe beatriz, mãe Zefa, mãe Munda, mãe Tonha, mãe Ana, quando não “madinha” A, B, C... Os homens idosos eram tratados carinhosamente como “pai velho” ou fulano e cicrano quando mais moços (ALENCAR, 2018, p. 65).

Ao nosso ver, trata-se de um discurso voltado para estereótipos, onde a relação paternalista vigora. Ainda no mesmo texto, os discursos enaltecendo a civilização do couro e a benevolência senhorial são apresentados da seguinte forma:

Na vaqueirice, patrões e escravos corriam os mesmos riscos no tratamento do gado, na pega dos bois. Ser vaqueiro na civilização do couro era ser nobre, porque era um trabalho árduo, atual e permanente. Se o patrão derrubava o boi na caatinga, o escravo lhe botava a corda e vice-versa. Isso cimentava camaradagem, respeito, simpatia. As exceções eram exceções. Elas aparecem em qualquer ambiente. A expressão *Civilização do Couro*, gravada por Capistrano de Abreu, sobrevive na tradição nordestina, como um padrão de vida civilizada. As exceções não contaminam a regra geral (ALENCAR, 2018, p. 65).

A utilização do escravo vaqueiro aparece muito nessa questão, de fato o escravo vaqueiro tinha um diferencial em relação aos outros cativos, pois, através de sua função ele podia transitar por outros lugares, longe da fazenda e de seu dono. Exatamente, longe de seu dono! Portanto, diferentemente do que a autora afirma, o senhor não corria os mesmos riscos que os escravos, tendo em vista que o dono não ia para o eito trabalhar. E no caso do escravo vaqueiro, o seu dono não o iria acompanhar na jornada, o que poderia ser uma oportunidade para a fuga. Não é porque o escravo exercia a função de escravo vaqueiro que ele não fugia.

Uma outra questão que merece destaque no texto da autora diz respeito “à Lei áurea” e a alforria dos escravizados do Barão de Exu. De acordo com referida lei, no dia 13 de maio de 1888 todos os escravos estariam de fato livres das amarras da escravidão. Nas palavras da autora:

Segundo contava seu neto Antholiano Ayres Peixoto de Alencar,<sup>11</sup> o Barão de Exu tomou conhecimento da Lei Áurea com a abolição da escravatura, em 1888, com dois meses e dias de atraso. No mesmo dia, reuniu seus escravos para lhes dar a grande e alviseira notícia, dizendo-lhes que estavam livres e podiam sair se quisessem, para qualquer lugar. Ainda que se possa dizer que a época não havia alternativas de emprego e renda, todos os escravos do barão com ele permaneceram voluntariamente... foi assim na grande maioria das fazendas de gado da civilização do couro, na caatinga nordestina... no mesmo testamento escrito em 1878 o barão de exu alforriou seus escravos idosos (ALENCAR, 2018, p. 65-66).

Chamamos atenção primeiro para a questão das datas. O título de Barão de Exu foi concedido pelo imperador ao referido Guarter Martiano de Alencar Araripe no dia 15 de novembro de 1888. Portanto, não tinha como ele não ter recebido a notícia sobre a lei áurea atrasado, uma vez que o próprio imperador lhe deu o título de Barão. Apesar das dificuldades

---

<sup>11</sup> A pessoa citada era o pai da autora.

em relação às comunicações no período, para uma pessoa cujo prestígio e poder era grande, receber uma notícia como o fim da escravidão, não seria problema, já que era parte diretamente interessada.

Outra questão diz respeito ao fato de que os libertos continuaram trabalhando e permaneceram na fazenda “voluntariamente” como colocou a autora. Concordamos com a fato de que conseguir trabalho era um problema, tendo em vista que com a libertação não houve um acolhimento, ou preocupação do Estado com os ex-escravos, culminando em muitos problemas sociais, colocando-os às margens da sociedade, problemas que se arrastaram até os dias atuais, principalmente como o racismo estrutural. O fato é que a permanência dos libertos na propriedade, longe de ter sido voluntária se deu por questão de sobrevivência, já que viram nessa situação uma oportunidade de sobreviver.

### **Considerações finais**

Ademais, quando a autora fala que o Barão alforriou os escravos velhos em seu testamento em 1878, novamente a informação não encontra respaldo na documentação histórica, sendo que o fato simplesmente não aconteceu. Prova disso é que o referido testamento, deixa claro que “*Fica por minha morte forros os escravos velhos que existirem, Domingos, Proscopio, Joaquina, herculana e coleta*”. Primeiro que o Barão de Exu faleceu em 1889, portanto, o sistema escravista já havia sido extinto há um ano. Segundo ele deixa explícito no testamento que os escravos ficariam libertos após sua morte, e se o Barão faleceu um ano após a abolição, os ditos escravos já não estavam mais na condição de cativos, portanto, de fato ele não os alforriou, como a autora nos faz pensar.

Pergunta-se, então: naquelas condições, o que os cativos poderiam fazer contra um sistema que tinha como base e manutenção a mão de obra escravizada? Restava apenas resistir, e da forma que fosse possível, mesmo que eles fossem obrigados a passar por situações que vistas de uma ótica externa, eram confundidas com benevolência vinda do senhor. Fugir ou cometer crimes são casos mais extremados, onde houve um rompimento das relações entre senhores e escravos, e não falo de relações paternalistas, falo das relações de sobrevivência mesmo, relações entre classes sociais. Porque enxergamos a relação entre senhores e escravos como uma relação entre classes.

A título de curiosidade, e para quebrar essa visão de que o Barão de Exu era bom com seus cativos, deixo um recorte de um anúncio do jornal O Araripe.



Fugio do poder de seu senhor no exú a molata Brígida idade de 18 anos baixa e cheia de corpo, cabelos amolados porém cortados pelos Grandes, pés e mãos pequenas e sem cicatriz de açoite. Esta escrava é cazada porém sem filhos, desapareceu desde a noite do dia 5 para o dia 6 do corrente estando a ferros por ter feita diversas tentativas de fugas. Quem a pegar levar a seu Sr. Gualter Martiniano de Alencar Araripe, já nesta cidade ao Sr. Antonio Raimundo brigido dos santos, será bem recompensado.<sup>12</sup>

Fica evidente no anúncio que o senhor de Brígida, vulgo Sr. Gualter Martiniano de Alencar Araripe, o Barão de Exu, não era brando com seus escravos como dizem os discursos sobre sua benevolência. A escravizada aparece no anúncio sem marcas de açoites, contudo, devido a suas várias tentativas de fugas a mesma foi colocada a ferro, para assim evitar tentar escapar novamente. O que certamente não impediu muito, tendo em vista que ela aparece novamente em uma notícia de fuga.

Ser colocado a ferros era uma das formas de castigos que os senhores impunham a seus escravos, correspondendo a uma espécie de tortura, tendo em vista que mesmo com os ferros o escravizado ainda tinha que continuar trabalhado, o que acabava por castigar cada vez mais os seus corpos. Para os que insistem no mito do senhor benevolente está aí uma prova da brandura do Barão de Exu.

Se a escravidão foi branda ou não, ela fez parte dessa região do Nordeste, claro que com características diferentes de outras Regiões com grandes escravarias, mas que não anula a sua perversidade enquanto um sistema que teve como base a violência foi base, e a mão de obra escravizada como motor. A trajetória dos cativos em Exu fora várias, essa foi apenas uma das histórias que se encontram intocadas nos documentos da região, e a presença desses escravos continua “viva” nesses documentos, cabendo apenas aos novos pesquisadores se debruçarem sobre eles.

### Fontes

O manuscrito. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>> Acesso em: 03 Jul. 2023.

Periódico O Araripe (1855 -1864). Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>> Acesso em: 03 Jul. 2023.

Recenseamento geral do império de 1872. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS - RJ/Recenseamento\\_do\\_Brazil\\_1872/Imperio do Brazil 1872.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS-RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf) > Acesso em: 03 Jul. 2023.

### Referências Bibliográficas

---

<sup>12</sup> (O ARARIPE, 1858, edição 00156, p. 4).

ALENCAR, Thereza Oldam de. **Igreja de São João Batista do Araripe Exu-PE. Sesquicentenário 1868- 2018: Uma história sertaneja de fé, nobreza e arte, rezada, edificada e cantada pela devoção exuense ao glorioso São João Batista.** Salvador: Tear, 2018.

Barros, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CORTEZ, Ana Sara Ribeiro Parente. **Cabras, caboclos, negros e mulatos: a família escrava no Cariri cearense (1850-1884).** 2008. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará.

FREYRE, Gilberto, **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: Tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado.** 4º edição. São Paulo: global, 2010.

GORENDER, Jacob. **A Escravidão Reabilitada.** 1.ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

LUCA, Regina Tania. **História dos, nós e por meio dos periódicos.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas* p. 111-153. São Paulo: Contexto, 2011.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará.** Rio de Janeiro: Relume Damará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000, p. 42.

PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira. Hypolita e sua luta para se manter livre dentro do escravismo no Crato (Ceará) e no Exu (Pernambuco) em 1858. **Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG.** Vol. 4, n. 2, ago/dez. 2012. p. 352-367.

SILVA, Alberto da Costa. Apresentação do A escravidão nos anúncios de jornal. São Paulo: Global, 2010. p.11-19. In: FREYRE, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX: Tentativa de interpretação antropológica, através de anúncios de jornais brasileiros do século XIX, de características de personalidade e formas de corpo de negros ou mestiços, fugidos ou expostos à venda, como escravos, no Brasil do século passado.** 4º edição. São Paulo: Global, 2010.

TAVARES, Iris Mariano. **Entre a sacramentalização católica e outros arranjos parentais: a vida familiar dos escravizados do Crato – CE (1871-1884).** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, João Pessoa, 2013.